

GEOPOLÍTICA E TENSÕES EM UMA NOVA REGIÃO PIVÔ?

Thiago Oliveira Neto¹



<http://lattes.cnpq.br/6545789574281014>



<https://orcid.org/0000-0003-2877-3606>

Resumo

A passagem dos anos de 2025 para o início de 2026 tem sido marcada por uma escalada de discursos que carregam tensionamentos envolvendo a ilha da Groenlândia e pelas mudanças geopolíticas contemporâneas associadas à ampliação da zona de contenção norte americana frente à expansão e aos projetos sino-russos no Ártico. Esse processo indica para um deslocamento parcial do *Rimland* para o norte do globo, configurando um campo de tensões marcado pela iminência de projetos estatais, militares e econômicos na região ártica. Diante desse contexto, o presente artigo busca analisar os tensionamentos contemporâneos, a possível formação de uma nova região-pivô e o questionamento acerca do eventual fim ou do alargamento das regiões geopolíticas clássicas denominadas *Heartland* e *Rimland*. Metodologicamente, realizou-se levantamento bibliográfico sobre geopolítica clássica, as teorias do *Heartland* e do *Rimland*, bem como sobre a geopolítica contemporânea e o Ártico. A pesquisa indica a formação de uma zona de contenção em torno de uma “região-pivô contemporânea”, acompanhada pela produção de discursos e representações voltados à legitimação de possíveis ações estratégicas dos Estados Unidos no Ártico.

Palavras-chave: geopolítica; Ártico; Groenlândia; *Rimland*; *Heartland*.

GEOPOLITICS AND TENSIONS IN A NEW PIVOT REGION?

Abstract

The transition from 2025 to early 2026 has been marked by escalating tensions involving the island of Greenland and contemporary geopolitical changes associated with the expansion of the North American containment zone in response to Chinese-Russian expansion and projects in the Arctic. This process points to a partial shift of the *Rimland* to the northern hemisphere, creating a field of tensions marked by the imminence of state, military, and economic projects in the Arctic region. Given this context, this article seeks to analyze contemporary tensions, the possible formation of a new pivot region, and questions about the eventual end or expansion of the classic geopolitical regions known as *Heartland* and *Rimland*. Methodologically, a bibliographic survey was conducted on classical geopolitics, the *Heartland* and *Rimland* theories, as well as on contemporary geopolitics and the Arctic. The research indicates the formation of a zone of contention around a “contemporary pivot region,” accompanied by the production of discourses and representations aimed at legitimizing possible strategic actions by the United States in the Arctic.

Keywords: geopolitics; Arctic; Greenland; *Rimland*; *Heartland*.

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP – 2024), Pós-doutorado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM – 2024-2026) e pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA-2025-2026), Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFAM e professor de geografia da UEA-ENS. E-mail: thiagoton91@live.com

Introdução

Este ensaio corresponde a um terceiro escrito² que analisa, de maneira inicial e com aporte teórico da geografia política e da geopolítica clássica e contemporânea, o movimento de tensões que se manifesta nos últimos anos, até janeiro de 2026, envolvendo a ilha da Groenlândia e o Círculo Polar Ártico, no contexto do estabelecimento de narrativas que indicam para uma estratégia de contenção por parte dos Estados Unidos diante da emergência da China como nova potência regional e do reerguimento da Rússia.

Diferentemente dos ensaios anteriores que se concentraram na discussão da reconfiguração mundial, em análises preliminares das tensões, do realismo político e da projeção hegemônica de poder na Groenlândia e na Venezuela, bem como nas manifestações da geopolítica clássica e contemporânea para a compreensão do Ártico, este artigo dá continuidade às análises, com foco nos novos tensionamentos e na formação de uma região-pivô. Discute-se, assim, se está em curso o fim ou o alargamento do clássico *Heartland* (da Sibéria ao Ártico) e do *Rimland* (da Europa estendendo-se até a Groenlândia), enquanto expressões de uma geopolítica imaginada.

O texto retoma as teorias clássicas como forma de revisitar um arcabouço teórico que, em determinados momentos, foi estigmatizado e, em outros, adotado como fundamento das políticas externas dos Estados. Sua relevância reside na capacidade de oferecer chaves interpretativas para a compreensão do mundo contemporâneo. Evidentemente, a geopolítica clássica, de matriz estatocêntrica, não pode ser aplicada *ipsis litteris*, são necessárias mediações teóricas que evitem análises estáticas, excessivamente realistas, marcadas por determinismos e interpretações históricas lineares. A riqueza analítica encontra-se justamente na articulação entre essas categorias fundadoras (a as teorias clássicas) e os debates contemporâneos, permitindo compreender a reorganização espacial do poder e a constituição de novos campos de tensão no sistema internacional.

Para desenvolver essa reflexão, o texto foi estruturado em três partes. Na primeira, discute-se a noção de geopolítica imaginada associada aos novos tensionamentos e à formação de uma região-pivô, entendida como zona estratégica de disputas interestatais. Na segunda, analisa-se o possível fim ou alargamento dos clássicos *Heartland* e *Rimland*, formulados nas primeiras décadas do século XX e que influenciaram a política externa norte-americana, apresentando ainda indícios de continuidade, sobretudo nas estratégias de contenção às ações sino-russas no Ártico. Por fim, realiza-se uma análise crítica, à luz da geopolítica imaginada, acerca das disputas contemporâneas no espaço ártico.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com base em uma estrutura metodológica de caráter qualitativa, interpretativa e teórico-analítica, apoiada nas discussões clássicas e contemporâneas da geopolítica a partir de uma revisão bibliográfica

² Entre janeiro e fevereiro de 2026, foram elaborados três ensaios iniciais dedicados à discussão geopolítica acerca do Ártico, da Venezuela e da produção de imaginários sobre essas regiões. Parte das leituras e reflexões foram desenvolvidas ao longo do curso Geografia Política do Brasil, ministrado entre 5 e 14 de janeiro de 2026.

e levantamento de dados e informações atuais referente as tensões entorno do ártico.

A pesquisa ancora-se epistemologicamente na perspectiva da geopolítica crítica, que compreende a geopolítica não apenas como prática estratégica estatal, mas também como produção discursiva de representações espaciais e narrativas de poder. Essa abordagem possibilitou considerar tanto contribuições teóricas clássicas quanto materiais midiáticos e institucionais como expressões constitutivas da produção geopolítica, permitindo interpretar e analisar como os territórios são construídos, imaginados e representados.

No contexto da análise, pautou-se na realização de uma revisão bibliográfica orientada à identificação dos fundamentos conceituais clássicos e contemporâneos da geopolítica e da geografia política, mobilizando-se contribuições de autores associados à tradição clássica, como Halford J. Mackinder e Nicholas Spykman, bem como produções contemporâneas vinculadas à geopolítica crítica e à análise do sistema internacional. A partir do referencial teórico estabelecido, definiram-se as bases analíticas que possibilitaram a interpretação dos tensionamentos territoriais investigados.

Para estabelecer as bases teóricas da análise, procedeu-se a um levantamento bibliográfico em língua portuguesa, inglesa e francesa, voltado à produção recente sobre disputas geopolíticas no Ártico. A seleção dos trabalhos foi realizada a partir de palavras-chave associadas à geopolítica, ao Ártico, à Groenlândia, aos Estados Unidos, ao realismo político e à política de contenção.

A terceira etapa consistiu no levantamento baseado em dados secundários e notícias publicadas entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026 em meios de comunicação nacionais e internacionais. Esses materiais publicizados carregam diferentes representações e discursos que remetem a uma geopolítica imaginada.

Os novos tensionamentos e uma região-pivô

O mundo contemporâneo apresenta transformações e zonas de tensionamento que envolvem atores tradicionais como os Estados, os quais se organizam para atender a interesses individuais ou compartilhados. Esses atores estruturam novos arranjos estratégicos voltados à expansão, dissuasão ou reequilíbrio da hegemonia mundial, promovendo também a ampliação espacial da soberania política em áreas que passam a se configurar, de forma crescente, como espaços de disputa interestatal. Tais disputas, contudo, não se restringem exclusivamente aos Estados, pois incorporam interesses clássicos da geopolítica e da economia, como será discutido adiante.

A rigor, as teorias clássicas da geopolítica são consideradas para Kelly (2006) como uma contribuição para a estruturação do escopo teórico das relações internacionais e consequentemente para a formulação das políticas externas de diversos países. Claro que apesar de suas formulações terem ocorrido em um determinado tempo, por pessoas de vinculação ao Estado e dentro de um contexto de realismo político, tais teses clássicas não podem ser deixadas de lado, pois estas ainda tem elementos capazes de elucidar em parte os movimentos atuais dos Estados, destacando que em decorrência da própria complexidade do mundo atual e da emergência de novos atores, existe a necessidade de ponderar e até mesmo de chamar a atenção que parte das

raízes do pensamento está vinculado as teses clássicas, ao realismo político e as mudanças do mundo.

No período atual, observa-se um retorno mais explícito da geopolítica e uma forte presença do Estado, evidenciada pelos tensionamentos em torno do que se denomina Região do Pivô Ártico (RPA). Paralelamente, o aprofundamento das dinâmicas climáticas, a necessidade de assegurar fluxos comerciais e de insumos industriais, especialmente nos setores da indústria informacional e energética compõem uma nova seara de tensões.

A menção de nova região pivô precisa ter percalços, pois não se trata de uma nova geopolítica entorno do ártico, a rigor, desde 1950 que existe manifestações estratégicas entorno do ártico como salienta Joseph Roucek publicou, em 1951, um texto intitulado *The Geopolitics of the Arctic*, o que trata-se no contexto atual é a manifestação de ações que podem ser enquadradas dentro do que denomina-se de realismo político ofensivo³.

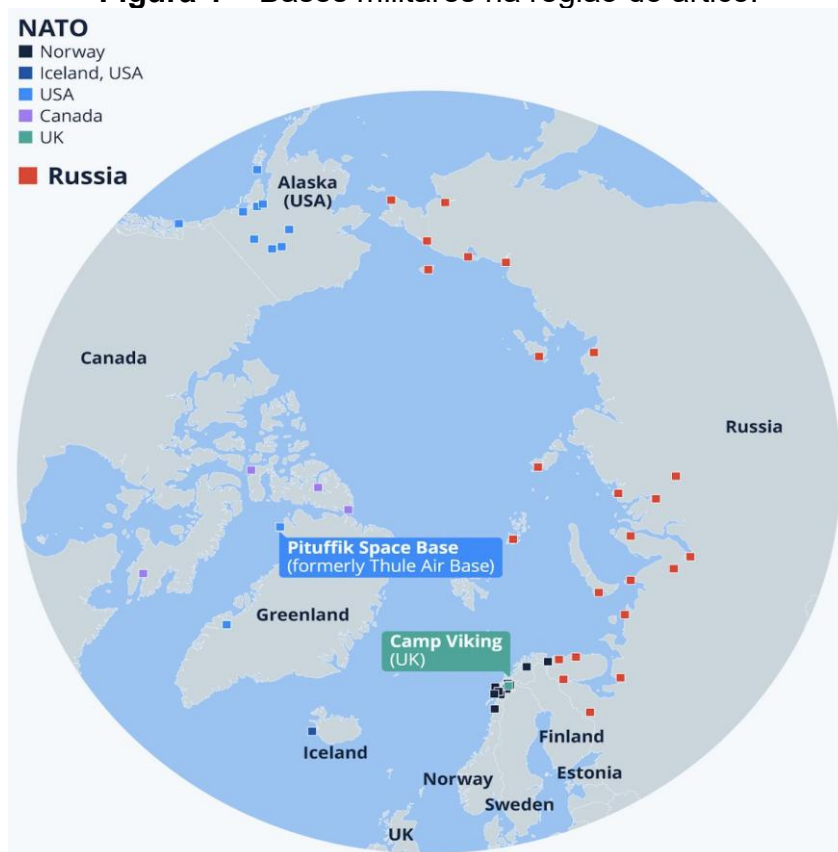
O conceito de pivô geográfico da história foi formulado inicialmente por Halford John Mackinder, ao destacar que um determinado recorte territorial da Eurásia constituiria a chave para o domínio mundial, seja pelo controle da zona terrestre, seja pelo cerco desse espaço por meio do *Rimland*, conforme posteriormente teorizado por Nicholas Spykman. Essas formulações influenciaram políticas e ações estatais ao longo do século XX e início do XXI.

Ademais, esse contexto reforça os esforços iniciais de construção de teorias sólidas nas primeiras décadas de consolidação da geopolítica enquanto construto científico e teórico. Embora gestadas em ambientes marcados por tensionamentos, realismos e por uma concepção quase exclusiva do Estado como fonte de poder, tais teorias produziram desdobramentos robustos e influentes.

Se, no passado, essas concepções contribuíram para o redesenho do mapa político mundial, no presente identifica-se não a criação de novos Estados, mas a reorganização das articulações e das influências diplomáticas, políticas e econômicas. Observa-se a formação de novas articulações, configurando uma verdadeira zona de soldadura continental ártica, na qual a ilha da Groenlândia passa a ser utilizada como uma “cabeça de ponte” central para a inserção estratégica dos Estados Unidos no Ártico, em um contexto de tentativa de atenuar e reduzir possíveis presenças sino-russas.

³ “Para os realistas ofensivos, os estados do *status quo* no sistema internacional são raros e limitados a hegemonias globais. As potências maiores raramente estão satisfeitas com a distribuição atual ou existente do poder. A justificativa é que os Estados nunca têm certeza das intenções de outro estado – se ele pode avaliar corretamente seu poder econômico e militar, e se ele usará suas capacidades ofensivas no futuro para aumentar seu poder relativo. Especificamente, é difícil para um estado avaliar quanto poder relativo deve ter sobre seus rivais antes que esteja seguro e é difícil determinar quanto é suficiente no futuro (...) O resultado é uma constante competição de segurança, mesmo entre estados que não têm razão para competir (...)” (Lobell, 2010, p. 5 *tradução nossa*).

Figura 1 – Bases militares na região do ártico.



Fonte: <https://www.orfonline.org/expert-speak/greenland-and-the-us-will-trump-s-arctic-vision-prevail>

Ressalta-se que essas ações não ocorrem de forma isolada enquanto manifestações do realismo político. Elas articulam-se a estratégias mais amplas de contenção da influência de potências hegemônicas asiáticas ou euroasiáticas também em outras regiões, como o continente latino-americano, a exemplo dos casos do Panamá e, mais recentemente, da Venezuela.

Iniciando uma desmitificação que é importante para desconstruir teses e reafirmar outras para analisar a possível nova região pivô. Contrariando a tese inicial de Huntington (1993) que o “choque de civilizações” com conflitos seriam de ordem cultural, as tensões no caso da ilha pivô não centralizam-se nem no aspecto ideológico e nem cultural, mas de ordem geopolítica e geoeconômica, manifestando-se pelos interesses diversos pelos recursos, rotas de navegação e pela presença estatal, militar e diplomática no ártico, que corresponde pelo equilíbrio de poder, hegemonia e manutenção de sistemas de dissuasão e de defesa.

Por outro lado, a reorganização do mundo não significa na predominância de uma paz ou do fim da história como propalou no início da década de 1990 por Francis Fukuyama, pois emergência de tensões, disputas e ampliações de circuitos espaciais produtivos mundiais com escalas regionais e envolvendo mais de um continente corresponde por um dos motores dos tensionamentos contemporâneos.

Outra contra-argumentação importante de ser realizada é de que a geopolítica seria apenas uma compreensão das relações de poder entre grupos e que Estados seriam relativizados, merece uma ponderação inicialmente, pois no período atual movimentos e disrupções ocorrem e alteram cenários e manifestam de maneira mais contundente em movimentos de tensionamentos e de realismo ofensivo como resposta as dinâmicas e ações de outros estados. Com isso, concordamos com a discussão proposta de Castro (2023) em “trazer o estado de vota” ao debate da geografia política e da geopolítica.

Castro (2023, p. 31) menciona o “por que o estado ainda interessa? E a resposta para a Geografia é óbvia: a centralidade territorial do seu poder afeta cada cidadão, a organização de seus espaços de vida, bem como as relações entre as nações (...)” e que no período atual observa-se indícios de uma ampliação da base territorial do aparato institucional no ártico enquanto projeção e de reforço da hegemonia entre países (Estados Unidos, Rússia e China).

Obviamente que trazer e mencionar que é interessante trazer o Estado para a discussão geográfica tornar-se fundamental, pois este é capaz de reorganizar os arranjos espaciais, militares e econômicos, principalmente em um contexto de influências do realismo político na propagação de discursos e de reforço aos tensionamentos territoriais estatais.

As diferenças territoriais e locacionais parecem constituir as bases desse rearranjo geopolítico, principalmente pela propagação dos discursos de uso referentes a possibilidade de extração de recursos minerais e de estabelecimento de rotas sazonais e contínuas de transportes entre a Ásia, ártico com a Europa e as américas.

A política mundial está sendo reconfigurada em uma base territorial com movimentos disruptivos, instabilidades e ampliação de investimentos militares perante a formação de uma nova região pivô que pode ser vista como um prolongamento do clássico *Heartland* de rotas sino-russas árticas e de uma extensão do *Rimland* por parte dos Estados Unidos visando assegurar sua influência e a redução da participação sino-russa no ártico, principalmente na grande ilha da Groelândia.

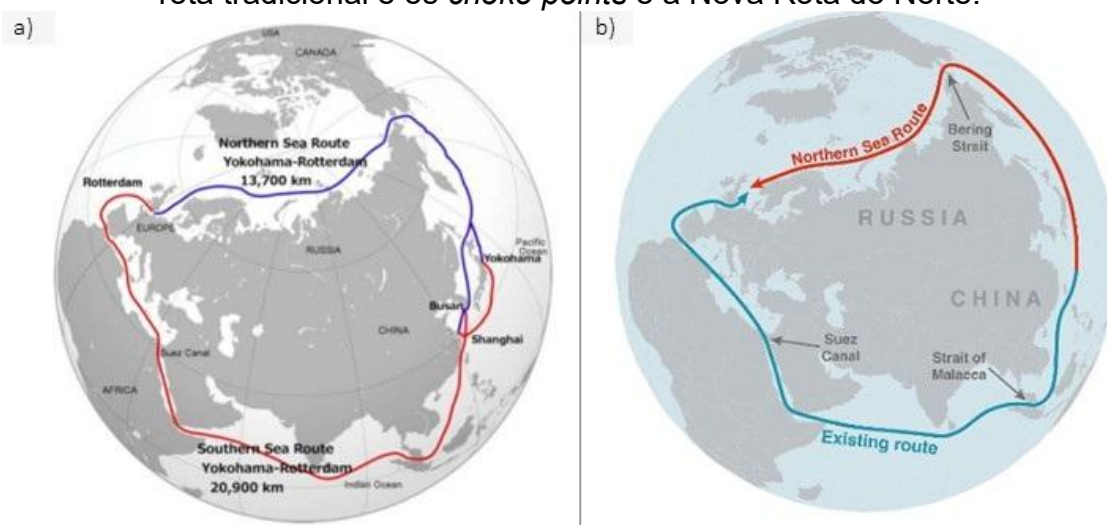
Soriano menciona que “desde que Vladimir Putin chegou ao poder, a política russa para o Ártico tornou-se mais assertiva” (2025, p. 4), com cerimônias e atividades voltadas para reforçar a presença no ártico, como por exemplo “o hasteamento de uma bandeira russa no fundo do Oceano Ártico, no verão de 2007, precipitou uma série de reações políticas e midiáticas” (Dodds, 2010, p. 63). Esse movimento e ainda a presença de cooperação sino-russa que em uma visão realista e até mesmo neorrealista tem o entendimento de algo “sombrio da política internacional, com o Oceano Ártico central como um espaço anárquico, aparentemente à mercê dos imperativos geopolíticos concorrentes dos estados costeiros e de outras partes interessadas” (Dodds, 2010, p. 63).

Dodds (2010) menciona que no caso do ártico temos uma intensificação da competição geopolítica entre Estados em aspectos clássicos como recursos e transportes. Lasserre e Pelletier (2011) já indicavam que a redução da calota polar no ártico já estava sendo documentada cientificamente, havendo desde aquele momento a projeção de imaginações especulativas sobre uma possível retomada da “guerra fria” e de um conflito no ártico e pelo ártico a partir de uma disputa pelos recursos naturais e pelas novas rotas marítimas polares.

Os mesmos autores mencionam que “o derretimento do gelo marinho está, de fato, dando novo fôlego a projetos, abandonados no século XIX, para encontrar rotas marítimas mais curtas entre a Europa e a Ásia” (Lasserre; Pelletier, 2011, p. 1465), sendo que essa projeção das rotas marítimas passou a estar “no cerne do debate em curso sobre segurança no Ártico canadense, pois levanta a questão do controle dessa navegação e, portanto, da soberania canadense sobre a Passagem Noroeste e as águas do Ártico canadense” (Lasserre; Pelletier, 2011, p. 1465).

Lasserre e Pelletier (2011) mencionam que “as rotas marítimas do Ártico oferecem um caminho definitivamente mais curto entre a Europa e a Ásia do que as rotas pelo Panamá ou pelo Canal de Suez” e isso está atrelado ainda ao “derretimento do gelo marinho durante o verão alimentou cenários de uma explosão iminente no tráfego marítimo pelas Passagens do Nordeste e do Noroeste”, com atuação de armadores planejando rotas visando “desesperadamente reduzir os custos de combustível e aumentar suas rotações”, por outro lado, identifica-se que no final da primeira década de 2000 que as dinâmicas de transporte marítimo pela rota do ártico “está longe de ser uma explosão”.

Figura 2 – As rotas entre Europa e Ásia: a) rotas e a redução de percurso; b) rota tradicional e os *choke points* e a Nova Rota do Norte.



Fonte: (KNOPP-SCHWYN; TURKISH, 2009); (ALTINPINAR, 2025).

Simões (2015, p. 41) destaca que “a região Ártica atualmente está em pauta na geopolítica do Hemisfério Norte, pois o mar congelado já não representa mais uma barreira (...)”, o que tem possibilitado a expansão de atividades econômicas e de novas rotas de transporte, intensificando as disputas de interesses entre os Estados em torno dessa nova região-pivô⁴. O mesmo autor observa que “o Império Russo, de acordo com Mahan, não estava bem

⁴ “A ideia mais notável apresentada por Mackinder foi o conceito de uma Área Pivô, ou seja, uma zona de importância estratégica altamente defensável e que, devido à sua localização geográfica, pode servir como plataforma para exercer controle sobre outras partes da Eurásia (...)” (Altinpinar, 2025, p. 409).

situado estrategicamente, pois tinha pouco acesso aos mares”, o que o levava a afirmar que “a Rússia não poderia exercer uma influência global de forma efetiva, uma vez que estaria fortemente dependente do Oceano Ártico” (Simões, 2015, p. 38)⁵.

Figura 3 – Rússia e os acessos marítimos.



Fonte: <https://www.britannica.com/place/Russia>

Apesar do contexto mencionado por Lasserre e Pelletier, pontua-se que uma década e meia depois, o Ártico transformou-se em uma zona de relevância geopolítica devido as mudanças climáticas e a possibilidade de ampliar o acesso aos recursos naturais e a ampliação de rotas e de fluxos de navios pelo ártico (SORIANO, 2025).

Para Soriano (2025) a rápida transformação e ampliação de tensões está impulsionada por fatores críticos (em uma visão realista) em que manifesta-se mudanças climáticas, globalização e mudanças na dinâmica de poder, sendo esta última atrelado a necessidade de manutenção da hegemonia mundial Norte Americana e de ampliação por meio da atuação no ártico dos países como China e Rússia.

A ampliação da atuação Russa e Chinesa ocorrem mediante a exploração e constituição de rotas de transportes. Primeiramente precisa mencionar que a “Federação Russa é a maior potência do Ártico em termos territoriais, com aproximadamente 24.000 km de litoral ártico (mais de 53% do total) e grande parte da Rota do Norte do Ártico”, e com áreas de exploração que “representa 20% do PIB da Rússia, devido aos seus vastos recursos de hidrocarbonetos”, havendo pelo menos 43 campos de exploração em território russo de um total de 61 campos principais de exploração (Soriano, 2025, p. 4).

A *Belt and Road Initiative* (BRI) lançada oficialmente em 2013, corresponde por um plano de reorganização de parte dos territórios para o aprofundamento das dinâmicas econômicas e geopolíticas do período atual de influência chinesa, constituindo novos corredores de transportes com aporte de

⁵ Em Mackinder identifica-se que “o conceito geopolítico de um “mar fechado”, no qual uma potência terrestre, ao controlar o litoral ou uma parte significativa dele, consegue fechar o mar, negando o acesso a outra potência” (Altinpinar, 2025, p. 410).

recursos, financiamentos e obras de engenharias para formar esses eixos terrestres, marítimos e aeroportuários capazes de tornar diversos territórios mais fluidos e paralelamente permitir que excedentes de capitais possam ser alocados em outros países, principalmente em infraestrutura fixa.

Nesse contexto de formação de eixos da BRI que se identifica desdobramentos que podem ser compreendidos como uma atuação geopolítica de reorganização dos territórios:

a) formação de novos corredores de transportes para além dos caminhos já utilizados e que perpassam por adequações visando ampliar a fluidez territorial internacional e estabelecendo novas rotas em um sistema de redundância capaz de permitir fluxos mesmo em caso de interrupção de um dos eixos internacionais;

b) articulações por meio de infraestruturas com fluxos transnacionais e por meio de financiamentos mantendo um sistema de endividamento por um período de tempo;

c) possibilidade de formação de um eixo de transporte transártico⁶ capaz de permitir fluxos comerciais em períodos específicos do ano (verão principalmente) para possibilitar o transporte de cargas e a exploração de recursos minerais no ártico.

No caminho de contrabalancear esses movimentos e intensões, a atuação dos Estados Unidos no ártico, principalmente com a Groelândia pode ser compreendida enquanto um desencadeamento de discursos e ações voltados para a contenção do *Heartland* por meio do estabelecimento de mecanismo de maior presença norte americana no ártico para reduzir o domínio territorial e de rotas de navegação sino-russas, principalmente pela proposta de utilização para fins de navegação, científicas e de prospecção mineral. Uma clara manifestação de um realismo ofensivo⁷ (Lobell, 2010) que permeia nas entrelinhas das ações.

Diante da sucessão de eventos e dos atuais tensionamentos no ártico, pode identificar que existe uma disputa de potências em busca pelo estabelecimento de rotas marítimas, exploração de recursos, inserção de bases militares como uma tentativa de constituir um outro caminho de articulação

⁶ “A China, embora não seja uma nação ártica, tem demonstrado um crescente interesse na região, principalmente por razões econômicas. Com 46% do seu PIB dependente do comércio marítimo¹², garantir o acesso às rotas árticas é crucial. Além disso, os vastos recursos naturais da região, como terras raras e hidrocarbonetos, aumentam sua importância estratégica para Pequim. Portanto, desde que se tornou membro observador do Conselho do Ártico em 2013 e publicou o Livro Branco do Ártico em 2018, onde se definiu como um “Estado quase ártico”, a China expressou seu interesse em fortalecer a cooperação internacional para desenvolver infraestrutura e explorar rotas marítimas na região. Nesse sentido, o desenvolvimento da Rota do Nordeste é um pilar essencial dessa estratégia, pois conectaria a Europa e o Leste Asiático através da Rota da Seda Polar. Essa rota comercial mais curta ofereceria, portanto, uma alternativa em caso de fechamento do Estreito de Malaca. Essa estratégia ainda está em fase inicial, o que pode ser parcialmente explicado pela preferência da China por um desenvolvimento lento, dadas as atuais incertezas geopolíticas” (Soriano, 2025, p. 6).

⁷ “Para os realistas ofensivos, os estados do *status quo* no sistema internacional são raros e limitados a hegemonias globais. As potências maiores raramente estão satisfeitas com a distribuição atual ou existente do poder. A justificativa é que os Estados nunca têm certeza das intenções de outro estado – se ele pode avaliar corretamente seu poder econômico e militar, e se ele usará suas capacidades ofensivas no futuro para aumentar seu poder relativo. Especificamente, é difícil para um estado avaliar quanto poder relativo deve ter sobre seus rivais antes que esteja seguro e é difícil determinar quanto é suficiente no futuro (...) O resultado é uma constante competição de segurança, mesmo entre estados que não têm razão para competir (...)” (Lobell, 2010, p. 5 *tradução nossa*).

intercontinental e de expansão de suas relações diplomáticas e econômicas como o caso da imbricada relação sino-russa, por outro lado, nota-se ações de contenção a essa expansão que reverberam em imposições e de discursos que almejam a extensão espacial da soberania política no ártico a partir da Groenlândia e do Canadá, diante disso, temos um alargamento do Heartland e uma expansão para o norte do planeta da zona de contenção denominada de Rimland?

O fim ou o alargamento do *Heartland* e do *Rimland*?

A pergunta expressa no tópico deste texto sucinta a reflexão sobre a discussão de que estamos de ante do fim da ilha pivô clássica e a formação de uma nova ou trata-se apenas de um alargamento da tradicional área pivô teorizada por Mackinder, em paralelo o *Rimland* se corresponderia por um espaço zonal com a formação deste espaço no ártico ou se seria uma continuação espacial do “arco defensivo” do tradicional *Rimland*, este manifesta-se espacialmente mecanismo de dissuasão e de contenção as pretensões e aos fluxos de origem sino-russas em direção a Europa e aos continentes americanos.

O *Heartland* corresponde a uma regionalização geopolítica proposta por Mackinder, referente ao núcleo continental da Eurásia, compreendido como uma vasta porção terrestre estratégica cuja delimitação foi reinterpretada e ampliada ao longo de suas formulações. Em sua tese, a centralidade desse espaço residiria no fato de que o poder capaz de controlá-lo teria vantagens geoestratégicas para influenciar o domínio da chamada Ilha-Mundo e, potencialmente, projetar poder em escala global.

Figura 3 – Área pivô proposta por Mackinder em 1904.

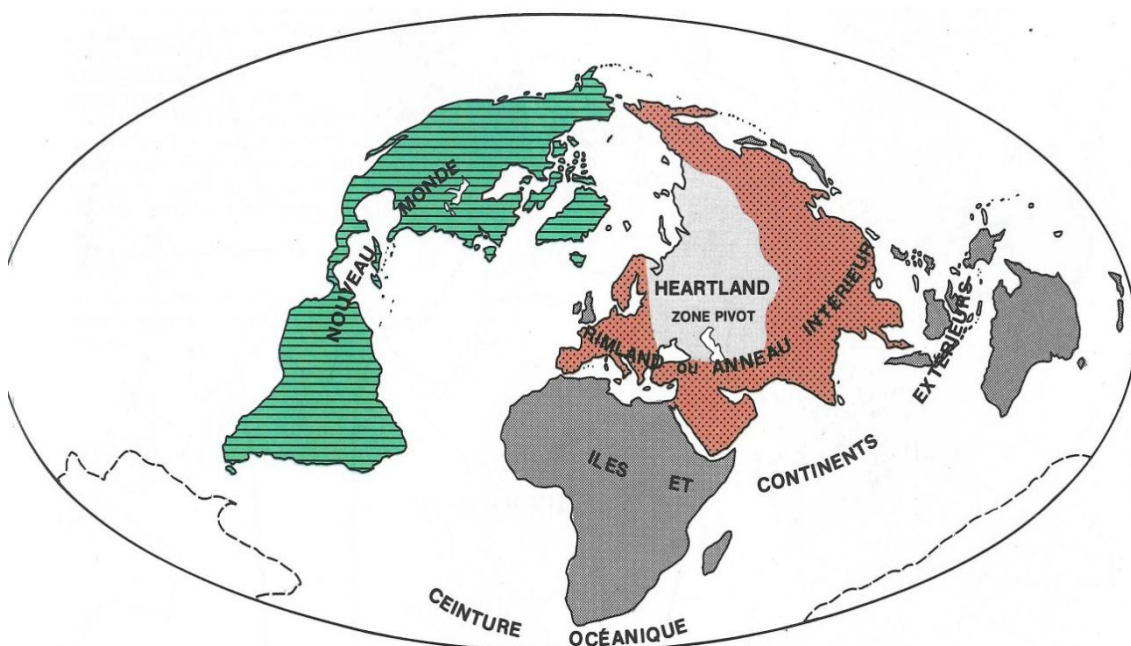


Fonte: (MACKINDER, 1904).

Por outro lado, Nicholas Spykman chama a atenção para o fato de que o predomínio geopolítico não reside no controle do *Heartland*, mas na capacidade de dominar a faixa periférica que circunda o núcleo continental eurasiático, formando uma zona denominada *Rimland*. Para o autor, o controle dessa borda terrestre que articula espaços continentais e marítimos é estratégico por concentrar recursos, população e rotas de circulação, permitindo influenciar o equilíbrio de poder em escala internacional.

O *Rimland*, enquanto um espaço zonal, apresenta características estratégicas associadas ao cercamento e à contenção do *Heartland* no interior da Eurásia. Tal condição decorre do fato de essa faixa periférica concentrar acessos marítimos, rotas comerciais e interfaces entre domínios terrestres e marítimos, permitindo limitar a projeção de poder continental. No caso russo, essa leitura ganha relevo diante das restrições históricas de acesso a portos de águas quentes e plenamente navegáveis ao longo do ano, o que reforça a centralidade geopolítica das bordas eurasiáticas no equilíbrio de poder internacional.

Figura 4 – Rimland e o Heartland.



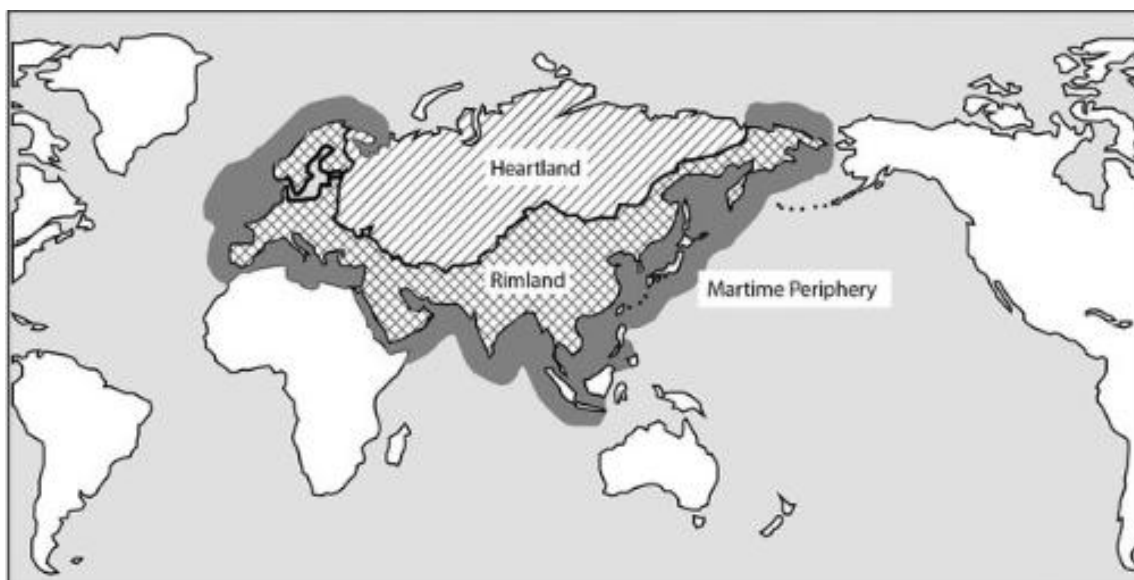
Fonte: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/914>

Se formos seguir o princípio da teoria clássica em sua base inicial, devemos mencionar que o núcleo do *Heartland* corresponde por massas terrestres contínuas, sendo que o acesso ao ártico só apresenta massas com contiguidade territorial com congelamento das águas do oceano ártico, mas devemos salientar que os desdobramentos atuais não são possíveis considerar a ilha da Groelândia como uma mera extensão do *Heartland* pela descontinuidade da massa terrestre continental, mas podemos mencionar que parte dos tensionamentos e da própria necessidade de cercar e de contenção

do *Heartland* atualmente tem o território ártico como espaço zonal relevante na perspectiva realista norte americana.

Enquanto que a faixa territorial de massa terrestre e de oceano corresponde a extensão do *Rimland*, não está limitada apenas ao recorte tradicional de Nicholas Spykman, no período atual existe indícios de uma extensão dessa zona de contenção para o ártico, principalmente com os discursos e de uma geopolítica imaginada de defesa e de dissuasão dos interesses sino-russos.

Figura 5 – O mundo na cartografia da geopolítica clássica mackinderiana e spykmaniana.



Fonte: (MITCHELL, 2020).

No contexto atual, essa teorização clássica não permite apreender plenamente a complexidade que envolve o Ártico e a própria ilha da Groenlândia, que passa a registrar a presença de fundos soberanos, instituições financeiras (o NIB e o Exim Bank of China), diferentes nacionalidades e a atuação de mercados financeiros em empresas de mineração e de transporte. Esse quadro evidencia, em um segundo momento, que esse território ártico apresenta relações de dependência que não se circunscrevem apenas à figura dos Estados, mas envolvem múltiplos atores.

O ártico e a própria ilha da Groenlândia corresponde em um contexto de geopolítica clássica como um espaço de disputas e de projeção de poder, no sentido realista, em que essa projeção de poder por meio de relações diplomáticas, militares e de transportes (pesquisa, militar ou comercial) permite projetar acesso e articulações territoriais entre continentes (principalmente no caso da Rússia e China) ao mesmo tempo a representação da contenção significa a projeção de poder capaz de reduzir a presença sino-russa no ártico, reforçando a hegemonia de um país (Estados Unidos) no ártico do Alasca, com

intensões, pelo menos discursivas e de tentativas de comprar e de acordos com a Dinamarca com a ilha Groenlândia e Canadá.

Neste sentido, existe geopolíticas impostas, com manifestações de imaginário que carrega elementos de um neorrealismo e de um realismo ofensivo. No primeiro com o trabalho seminal de Kenneth Waltz⁸ pode-se compreender que o sistema internacional é anárquico, sendo que os estados correspondem pelos atores que buscam manter sua sobrevivência com inserção de estratégias capazes de manter o equilíbrio de poder, estando nessa questão as manifestações concretas e imaginadas em que os Estados tenderiam a reagir as possíveis ameaças para reduzir e até evitar que outro Estado se torne dominante no sistema internacional.

Enquanto no realismo ofensivo que é principalmente vinculado a discussão posta por John J. Mearsheimer devirá do próprio pensamento neorrealista, mas seguindo uma compreensão mais agressiva em que preceitos como a necessidade de manter a maximização de poder⁹ de maneira contínua, a necessidade de manter e de ampliar a hegemonia regional, os Estados desconfiam um dos outros, pois um Estado nunca sabem das reais estratégias dos outros, a própria busca de cooperação aparece como algo limitada nesta linha analítica.

Essa compreensão deste pensamento é de fundamental importância, pois fornece as bases para entender os jogos de tensões entorno do Ártico no período atual, principalmente para identificar que a reação dos Estados Unidos aos avanços sino-russos configuram-se como uma busca de manter o equilíbrio na escala regional (neorrealismo) e a própria transformação da ilha da Groenlândia em ativo geopolítico enquanto “cabeça de ponte” para ampliar o poder, dissuadir ações de “países rivais” e de consolidar a hegemonia no ártico por meio de estruturas militares e de discursos hegemônicos configura-se como um realismo ofensivo.

A atuação sino-russa no ártico é lida como uma tentativa de contrabalancear a potência unipolar¹⁰ por meio de novas rotas de transportes e de articulação diplomática e econômica. Por outro lado, isso forma um arranjo de tensionamento para a potência hegemônica que tenta reduzir e dissuadir a tentativa de contrabalanço, a rigor, “a potência unipolar se torna intervencionista” (Cepik; Schneider, 2010, p. 107).

As tensões que aumentaram enquanto discursos projetados sobre o ártico no período atual, carregam diferentes imaginações geopolíticas que dão as bases para os discursos constituídos, legitimando-os, mas devemos ressaltar

⁸ “(...) o imperativo que todos os Estados têm de prover a sua própria segurança em um sistema internacional caracterizado pela ausência de governo central e pela incerteza” (Cepik; Schneider, 2010, p. 95).

⁹ “(...) ressuscitar a noção de maximização de poder como sendo a finalidade comum de todos os Estados (...), ou pelo menos das grandes potências (...)” (Cepik; Schneider, 2010, p. 103).

¹⁰ Entretanto, “mesmo que uma potência dominante aja com moderação [...], Estados mais fracos preocupar-se-ão com seu comportamento futuro” segundo Waltz (2000, p. 28, tradução livre).³⁴ Isto é, a concentração de poder nos Estados Unidos gera um sentimento de insegurança nas potências menores, instigando-as a tentar contrabalancear a potência unipolar. Waltz demonstra, na sequência do artigo, como União Europeia, China, Japão e, em um futuro mais distante, Rússia, não só têm condições, mas já iniciaram um processo de balanceamento interno e externo em relação aos Estados Unidos, o qual apenas tornou-se mais evidente ao final da primeira década do século XXI” (Cepik; Schneider, 2010, p. 106).

que neste jogo de tensionamentos entre potências hegemônicas (mundial e regionais) estrutura-se diferentes dimensões espaciais dos fluxos de transportes, bases militares e a extração de recursos naturais, havendo em todos esses, uma projeção de poder, constituição de caminhos alternativos aos atuais corredores de transportes e uma ampliação das dinâmicas econômicas pelos transportes na esfera economia e militar.

Essa questão dual dos transportes já mencionada pelo clássico Camille Vallaux (1914) e pelo Lin (2019). Este último menciona que os transportes ganham dimensões significativas no contexto atual, tanto no âmbito da competição econômica entre Estados e rivalidades entre eles quanto como elemento de fortalecimento da cooperação, especialmente no setor comercial. O autor destaca que os transportes podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva de geografia crítica (geopolítica), considerando as “visões e imaginações de transporte (discurso); elaboração de regras para transporte (técnica); e militarismo em transporte (força)” (Lin, 2019, p. 2).

O primeiro aspecto refere-se à projeção de poder geopolítico por meio das infraestruturas de transporte, como rodovias, hidrovias e ferrovias de ligação nacional e internacional. A elaboração, divulgação e execução de planos de expansão dessas redes de transporte podem ser interpretadas como resultado de exercícios de imaginação geopolítica voltados para a integração, cooperação ou vigilância das fronteiras. No século XXI, observa-se uma reformulação estratégica desses antigos imaginários, orientada para enxergar as redes de transporte como eixos de integração e cooperação, fortalecendo as trocas comerciais e o fluxo de pessoas além das zonas fronteiriças.

O segundo aspecto, apontado por Lin (2019, p. 3), diz respeito à criação de regras, que se configura como uma dimensão essencial no transporte. Nessa dimensão, regimes aduaneiros e de fiscalização são impostos e podem potencializar ou retardar a fluidez de fluxos transfronteiriços. “Longe de serem fixas ou imutáveis, essas regras são feitas de maneira dinâmica para permitir que os Estados garantam vantagens de mobilidade para si mesmos”, explica o autor. Assim, leis, acordos e normas específicas, em combinação com as configurações espaciais, geram assimetrias quando se comparam fluxos e exportações, moldando as interações espaciais nas fronteiras.

Por fim, o terceiro aspecto refere-se à militarização dos transportes e aos significados geopolíticos que as infraestruturas possuem, como acesso às fronteiras e a possibilidade de deslocamento de tropas para vigiar e controlar os fluxos.

É interessante observar que as três dimensões discutidas por Lin (2019) manifestam-se no Ártico como expressão de projeção de poder por meio do desenho de novas rotas de transporte, da divulgação de mapas e de planos voltados à sua operacionalização, diante da necessidade de reduzir tempos de deslocamento e ampliar a exploração de recursos naturais. No que se refere à criação de regras, estas devem ser lidas como manifestações estatais de tensionamento destinadas tanto a ampliar (no caso sino-russo) quanto a restringir ou monitorar (no caso dos Estados Unidos) a expansão dos fluxos comerciais na região ártica. Nesse sentido, o uso dessas rotas pode ser retardado ou condicionado por acordos, imposições normativas, barreiras aduaneiras, negociações diplomáticas e limitações à instalação de pontos de apoio logístico, como portos. Enquanto que a dimensão militar dos transportes

no Ártico reverbera em exercícios militares, na instalação de bases de uso estratégico e na utilização de embarcações com propulsão nuclear em atividades tanto comerciais quanto militares.

Os três atributos dos transportes mencionados anteriormente correspondem por diferentes significados e usos que estes possuem no território e nos espaços em tensão, carregando diferentes imaginações geopolíticas que são construídas para justificar intervenções, forçar acordos e até mesmo dissuadir a presença de outro país.

Uma geopolítica imaginada do Ártico?

As rotas de transportes, as necessidades de pesquisa e da presença de estruturas militares no ártico são justificadas com base em imaginários geográficos e geopolíticos, constituindo com o objetivo de justificar e de explicar (seja com sofismas as vezes) a necessidade de incursões na região gélida em um contexto de atingir objetivos estatais e empresariais.

Claval menciona que “grande número de representações são imaginadas para justificar o real, conformar o funcionamento da sociedade, reproduzir suas desigualdades e salvaguardar os privilégios daqueles que a dominam” (1999, p. 73). Essa imaginação reverbera nos discursos, nas representações cartográficas que “torna instrumental, operativo e eficaz, cujos efeitos eram, à época, bastante adequados à propaganda política oficial” (Lima, 2018, S/P) e “as cartas geopolíticas conjugavam sempre uma preocupação com o futuro, ou seja, ensejavam um valor estratégico para a ação defensiva-ofensiva do Estado ou região enfocados” (Lima, 2018, S/P) que manifestou-se antes e durante a Segunda Guerra Mundial enquanto propaganda militar e de guerra, mas se faz presente no período atual enquanto justificar de defesa, soberania e de ampliar a hegemonia norte americana perante as ações da China e Rússia no ártico.

As representações e discursos de atores de Estados (ministros, presidentes, *policy makers* e diplomatas) carregam em suas entrelinhas matrizes de pensamento que podem ser categorizadas em escolas e em perspectivas que denotam as influências teóricas, ideológicas, culturais e econômicas que se fazem presentes. As representações e os discursos são carregados de elementos imaginados e que são pensados justamente para justificar uma dada ação, constituindo justificativas ou uma base para que possa legitimar um ato e conseguir apoio da opinião pública e da própria estrutura burocrática do Estado.

Figura 6 - Mapa da Groenlândia com a bandeira dos EUA publicado por Katie Miller. Ela é a esposa de Stephen Miller, subdiretor de gabinete da Casa Blanca e assessor de segurança nacional de Donald Trump.



Fonte: <https://x.com/katiemiller/status/2007541679293944266?s=61&t=tmHgw-P2hbt-0LqgeEya1g>

Outra narrativa, constituída a partir de um imaginário geopolítico pautado no realismo, refere-se à possibilidade de um ataque proveniente da Rússia ou mesmo da China contra os Estados Unidos. Nesse cenário construído discursivamente, sustenta-se a necessidade de ampliar a atuação territorial na ilha da Groenlândia, bem como de estruturar sistemas técnicos e informacionais voltados à defesa e à segurança militar.

Ao propalar o imaginário geopolítico referente a necessidade de anexar outro território como o caso da Rússia com a Ucrânia e Estados Unidos com a Groenlândia remete as “ansiedades relativas ao medo de ataques externos” (Lima, 2018, S/P). A própria “visibilidade constitui um elemento fundamental na produção da geopolítica contemporânea” e “o cotidiano da política mundial é repleto de imagens, e os formuladores de políticas estão atentos (...)” a isso (CampBell, 2007, S/P).

Ainda nesse contexto, destaca-se que “a geopolítica como uma prática discursiva” (CampBell, 2007), com possibilidades de usos em que “o papel da visibilidade na produção de imaginações geográficas e para como as relações

visão/local estabelecem as condições de possibilidade para uma resposta política” (CampBell, 2007) em um movimento de projeção de poder, influência e de justificativa para ações e manobras no(s) território(s).

Obviamente que esse movimento não ocorre unilateralmente, por parte da Rússia busca-se estabelecer caminhos marítimos capazes de permitir fluxos para além dos portos situados na Crimeia e Vladivostok, além da área territorial de Kaliningrado com acesso a águas quentes e navegáveis o ano inteiro, sendo um país baleia limitado aos acessos marítimos, enquanto que a China busca estabelecer uma certa redundância dos eixos de transportes para manter os fluxos comerciais em casos de tensionamentos e de futuros bloqueios nas passagens oceânicas.

Diante do contexto atual de tensionamento no ártico, identifica-se que parte desse tensionamento é manifestado por meio de discursos e representações que são constantemente usadas para legitimar ações ou pelo menos demonstrar interesses de anexação territorial e de expandir a atuação estatal e militar por parte dos Estados Unidos perante as investidas sino-russas, deixando em segundo plano ações cooperativas (ambientais, científicas e sociais) para ações pautadas no realismo ofensivo.

Considerações finais

A proposta deste artigo consistiu em discutir se estamos diante da formação de uma nova região de tensionamentos geopolíticos, com indícios de um possível deslocamento do tradicional *Heartland* da Eurásia em direção ao Ártico, particularmente à ilha da Groenlândia, bem como de uma reconfiguração da faixa zonal de contenção e dissuasão historicamente mobilizada pelos Estados Unidos frente aos interesses sino-russos.

É importante destacar que a formulação original do *Heartland*, tal como concebida por Mackinder, refere-se às massas terrestres contínuas da Eurásia, associadas à centralidade estratégica do domínio territorial continental. No entanto, as transformações contemporâneas marcadas pela abertura progressiva de rotas de navegação, investimentos em infraestrutura, perspectivas de exploração de recursos naturais e pela necessidade de manutenção da hegemonia estadunidense reposicionam o Ártico no centro das disputas estratégicas globais. Nesse contexto, os discursos de defesa e controle da Groenlândia e de porções do Ártico revelam traços de um realismo político de caráter ofensivo, orientado pela lógica da antecipação e da dissuasão frente a potenciais adversários da estabilidade hegemônica nesse espaço zonal.

Além de constituir-se como um espaço zonal de tensionamentos no período atual, o Ártico também se configura como um espaço discursivamente produzido. Parte significativa dessas tensões manifesta-se no plano das narrativas, representações e construções simbólicas elaboradas por atores que compõem ou disputam a hegemonia mundial. O papel das narrativas geopolíticas torna-se central na legitimação de estratégias, na construção de ameaças e na justificação de investimentos militares e infraestruturais.

As intencionalidades presentes na cartografia geopolítica contemporânea reforçam esse movimento. Mapas, projeções e delimitações estratégicas não apenas representam o espaço, mas também o produzem um

espaço seletivo e politicamente, contribuindo para consolidar determinadas regiões como prioritárias à segurança nacional ou à expansão de influência.

O imaginário geopolítico atual retoma elementos clássicos como a possibilidade de confrontos interestatais, a necessidade de ampliar mecanismos de defesa e dissuasão e a manutenção contínua de estruturas militares posicionadas estrategicamente, em uma conjuntura marcada por mudanças climáticas, disputas energéticas e reconfigurações das cadeias globais de valor.

A partir de uma abordagem da geopolítica crítica, pode-se interpretar o Ártico como uma geopolítica imaginada, isto é, como uma construção estratégica produzida por Estados e demais atores geopolíticos que atribuem ao espaço polar centralidade, urgência e excepcionalidade. Dessa forma, mais do que um simples deslocamento físico do *Heartland* ou uma mera expansão do *Rimland*, observa-se a produção de uma nova espacialidade estratégica, na qual o Ártico emerge como região-pivô de disputas contemporâneas, com manifestações materiais, discursivas e simbólicas.

A política internacional apresenta elementos de uma geopolítica em que os fundamentos derivam de pensamentos clássicos, conservadores e até mesmo das velhas teorias da geopolítica que apresentam fundamentos no realismo político, sendo sua compreensão importante para desmistificar e compreender os arranjos geopolíticos atuais e o que dá fundamento nos discursos de atores políticos de cenário internacional.

Referências

ALTINPINAR, İshak. What is the Main Reason Why the Arctic Route is Developing Slower than Expected?. **Turkish Journal of Fisheries and Aquatic Sciences**, v. 24, n. 12, 2025.

ARCTICTODAY. Chinese firm withdraws bid for Greenland airport projects, reports Sermitsiaq. 4 jan. 2019. Disponível em: https://www.arctictoday.com/china-withdraws-bid-for-greenland-airport-projects-sermitsiaq-newspaper/?utm_source=.

Acesso em: 31 jan. 2026.

ARÍSTEGUI, C. M. La Doctrina Monroe 2.0 como estrategia de contención de EE. UU. para denegar espacios a China en Latinoamérica. In: AHUMADA, M.; BASAURE, R.; BENÍTEZ, M. (org.). **Calidad de vida en China y América Latina y el Caribe: economía verde y cambio climático**. Santiago: IDEA-USACH, 2025. p. 194–213.

ARROYO, Mônica. A circulação da mercadoria na redefinição dos usos do território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 20, n. 1, p. 133–143, 2018.

CAMPBELL, David. Geopolitics and visibility: sighting the Darfur conflict. **Political Geography**, v. 26, n. 4, p. 357–382, 2007.

CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza. Kenneth Waltz. In: VILLA, R. A. D.; MEDEIROS, M. A.; LIMA, M. C.; REIS, R. R. **Os clássicos das relações internacionais**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 93–116. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/marcocepi/files/cepi_k_schneider_2010_kenneth_waltz_1.pdf.

- CLAVAL, Paul. Etnogeografias — conclusão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 69–74, 1999.
- COSTA, Wanderley Messias. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a geopolítica da nova ordem mundial. **Confins**, n. 25, 2015.
- DODDS, Klaus. Flag planting and finger pointing: the Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf. **Political Geography**, v. 29, p. 63–73, 2010.
- DODDS, Klaus. Que veut Trump en Arctique? Géopolitique des ambitions impériales au Groenland. **Le Grand Continent**, 21 fev. 2025. Disponível em: <https://legrandcontinent.eu/fr/2025/02/21/que-veut-trump-en-arctique-geopolitique-des-ambitions-imperiales-augroenland/>. Acesso em: 22 jan. 2026.
- GCR. Greenland ignores Danish concerns and shortlists China Communications for \$420m airport projects. 28 mar. 2018. Disponível em: https://www.globalconstructionreview.com/greenland-ignores-danish-concerns-and-shortlists-c/?utm_source=. Acesso em: 31 jan. 2026.
- GIBLIN, Béatrice. Editorial: Géopolitique de l'Arctique. **Hérodote**, n. 197, p. 3–5, 2025a.
- GIBLIN, Béatrice. Editorial: L'Europe vers la puissance? **Hérodote**, n. 199, p. 3–10, 2025b.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. O lugar da geopolítica no século XXI: por uma geopolítica no (do) Brasil. In: COSTA, W. M. da et al. (org.). **Geografia política, geopolítica e gestão do território: agendas, atores e pesquisas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 77–86.
- KELLY, Phil. A critique of critical geopolitics. **Geopolitics**, v. 11, n. 1, p. 24–53, 2006.
- KNOPP-SCHWYN, Collin; TURKISH, Flame. Northern Sea Route vs Southern Sea Route. 2009.
- LASSERRE, Frédéric; PELLETIER, Sébastien. Polar super seaways? Maritime transport in the Arctic: an analysis of shipowners' intentions. **Journal of Transport Geography**, v. 19, n. 6, p. 1465–1473, 2011.
- LIMA, Ivaldo Gonçalves de. A cartografia geopolítica no rastro do geógrafo-general Karl Haushofer. **Terra Brasilis**, v. 10, 2018.
- LOBELL, S. E. Structural realism: offensive and defensive realism. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- LU, Mengqiu et al. The spatial competition between containerised rail and sea transport in Eurasia. **Palgrave Communications**, v. 5, n. 1, p. 1–11, 2019.
- MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, v. 23, n. 4, p. 421–437, abr. 1904.

MITCHELL, Martin D. Using the principles of Halford J. Mackinder and Nicholas John Spykman to reevaluate a twenty-first-century geopolitical framework for the United States. **Comparative Strategy**, v. 39, n. 5, p. 407-424, 2020.

NIB. A new gateway to Greenland. 12 dez. 2024. Disponível em: https://www.nib.int/articles/a-gateway-to-greenlands-future?utm_source=. Acesso em: 31 jan. 2026.

NOORALI, Hassan; MAMADOUH, Virginie. Port power 02: Chinese geoeconomic hopes and American geopolitical fears. **Journal of Transport Geography**, n. 125, p. 1–12, 2025.

PALADINOU, Georgia. **The geopolitical importance of maritime choke points and the Northern Sea Route**. 2025. Dissertação (Mestrado em Estudos Internacionais e Europeus) — University of Piraeus, Pireu, 2025. Disponível em: https://dione.lib.unipi.gr/xmlui/bitstream/handle/unipi/18812/Paladinou_men22029.pdf.

POWER, Marcus; CAMPBELL, David. The state of critical geopolitics. **Political Geography**, v. 29, n. 5, p. 243–246, 2010.

PRIC. China-Iceland Arctic Science Observatory. Disponível em: <https://en.pric.org.cn/index.php?c=category&id=99>. Acesso em: 31 jan. 2026.

QI, Xinli.; LI, Zhenfu, ZHAO, Changping; ZHANG, Qiqi; ZHAO, Yutao. Environmental impacts of Arctic shipping activities: a review. **Ocean & Coastal Management**, v. 240, p. 1–17, 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIMÕES, Jefferson Cardia. **O novo Ártico: mudanças ambientais e geopolítica**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

THORSTENSEN, Vera; PRADO, Verônica do. Da geoeconomia à geopolítica de Trump: de tarifas a armas? **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 34–61, 2025.

VALLAUX, Camille. **Geografía social: el solo y el Estado**. Madrid: Daniel Jorro, 1914.

Recebido em: 10/02/2026

Aprovado em: 16/02/2026

Publicado em: 16/02/2026